



Portugaliae Monumenta Cartographica (detalhe), obra fundamental sobre a cartografia portuguesa (Acervo MAST) (Foto: Jaime Acioli, 2010).

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: IMPACTOS SOBRE O CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO

Marcio Rangel*

José do Nascimento Júnior**

1. Introdução

Para este artigo, realizamos um estudo aprofundado, dentro das mais variadas temáticas relacionadas, e procuramos concentrar nossa discussão nos seguintes pontos: os museus como agentes de mudança social e desenvolvimento; a construção e trajetória de construção de uma política nacional de museus e museus, memória e cidadania¹.

Nesse percurso, verificamos que existem poucos trabalhos sobre a trajetória da Política Nacional de Museus (PNM) e em consequência a bibliografia existente é escassa. Para a elaboração deste artigo, procuramos levantar os principais pontos da discussão teórica relacionada a esta questão.

* Museólogo, Mestre em Memória Social e Doutor em História da Ciência. Pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Professor Adjunto da Escola de Museologia (UNIRIO) e Professor da Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST. Avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC para graduações em museologia. Consultor *ad hoc* do CNPq e da CAPES. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em coleções histórico-científicas, história da ciência, memória e patrimônio. Coordenador de Documentação e Arquivo do MAST. Bolsista de Produtividade 2 em Museologia - CNPq. e-mail: marciorangell@mast.br

** Ciêntista Social, Mestre em Antropologia Social, Doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Presidente do Programa IBERMUSEUS, do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, Sistema de Museus do Rio Grande do Sul. Diretor do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (RS) e do Memorial do Rio Grande do Sul, coordenou e implantou a Política Nacional de Museus de 2003-2013; Coordenador de Museus e Artes plásticas do Ministério da Cultura. Presidente do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM 2009 - 2013. Diretor do Museu do Meio Ambiente (JBRJ/MMA). Ministrou cursos e palestras em diversas universidades no Brasil e no Exterior. e-mail: jotanascimentojr@gmail.com

¹ Ver (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR. Veredas e construções de uma política nacional de museus. In: Política Nacional de Museus, Ministério da Cultura, Brasília, 2007).

Consideramos importante situar algumas questões a respeito do conceito de políticas públicas culturais. De acordo com Certeau (2008, p. 195), "qualifica-se como política cultural um conjunto mais ou menos coerente de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamentos, segundo princípios ou critérios explícitos".

Nessa visão podemos pontuar a ação governamental na construção das políticas públicas de maneira geral, e mais especificamente no campo cultural. Nesta perspectiva, podemos afirmar que esta tradição é muito recente (ARÓSTEGUI, 2003; DJIAN, 2005; MILLER & YÚDICE, 2004; MOULINIER, 2010; POIRRIER, 2009). As diferentes noções de políticas culturais vêm da tradição pós-monárquica europeia onde a cultura e especialmente as coleções e os museus tomam um caráter público ao longo do tempo, contribuindo para uma reflexão contemporânea sobre o papel das políticas culturais, seus impactos e suas motivações como ações culturais. Neste cenário, apontamos para a criação do primeiro ministério específico afeto aos temas culturais, como foi o caso do Ministério dos Assuntos Culturais da França em 1959, que se apresenta como vanguarda no estabelecimento de políticas culturais de Estado.

A partir do fim do século XVIII, podemos identificar uma ação sistematizada para o patrimônio e museus no âmbito das políticas públicas. É com o início dos movimentos revolucionários burgueses e nacionalistas que o acesso público aos museus e às grandes coleções ocorre. A burguesia, agora classe dominante, utiliza a memória coletiva como importante instrumento de ordem social. A classe dirigente não tardou a abrir ao público as coleções de museus, bibliotecas e arquivos que guardavam os registros da história coletiva. Passou-se, rapidamente, da noção de coleção privada para a de patrimônio público.

Foi no cenário da Revolução Francesa que a preocupação com a constituição de um patrimônio cultural, associado à formação da identidade nacional, ganhou maior destaque. Criaram-se museus e bibliotecas para preservar e divulgar os registros da memória nacional. Adicionalmente aos museus foi conferido um caráter instrucional, como pode ser observado no Decreto 3, de 24 de Outubro de 1793 (CHOAY, 2001, p. 101), que em seus artigos 1º e 2º expressam:

1º Todos os monumentos (bens móveis nacionalizados) de que se trata pertencem à Nação em geral. É preciso, pois,

fazer que, na medida do possível, todos os indivíduos possam usufruir deles; e nada, ao que me parece, contribuirá mais para isso que distribuir depósitos onde ficarão reunidos em cada um dos oitenta e três departamentos de que se compõe a França atualmente, tendo o cuidado para que cada depósito seja o mais completo possível; porque, como se verá adiante, nem todos podem ser igualmente completos.

2º O depósito de cada departamento deve se localizar numa cidade importante e de preferência aquela onde haja um estabelecimento de instrução pública – porque é sabido como a instrução pública pode beneficiar-se desses museus: é o nome que se poderá dar a esses depósitos (CHOAY, 2001. p. 101) .

O Decreto do governo revolucionário reflete a atenção com a disponibilização e descentralização da memória nacional, estabelecendo o que poderíamos denominar política nacional, entendida não só em seus aspectos formais como também informais. Nos chama a atenção a centralidade dos museus no projeto revolucionário francês. Os museus foram planejados como *lócus* de proteção do patrimônio, da memória social e suporte para a educação e identidade nacional. Em 1896, foi criada a Reunião dos Museus Nacionais da França.

Com o advento da *cultura de massa*, no início do século XX, a preocupação com o caráter educacional dos museus se intensifica. Nesse momento, as instituições museológicas passam a ser visitadas por um grande contingente populacional, criando novas demandas de informações sobre as coleções. Assim, a necessidade de políticas públicas se torna importante componente na práxis museológica, principalmente no tocante à construção de discursos apropriados a diferentes públicos. Os museus se deparam com uma nova realidade social e se transformam estruturalmente durante o processo de adaptação. Estas instituições passam a desempenhar um papel fundamental para diferentes ações governamentais que procuram consolidar projetos nacionais de identidade.

A criação de políticas culturais se relaciona a uma tendência de consolidação do papel do Estado como gestor e articulador de diversas ações, dando um caráter perene às atividades de governo. Para Furtado (2012, p. 103) “patrimônio e memória são concebidos não apenas como acervo da herança cultural, mas como um todo orgânico cuja significação cresce à medida que se

integra no viver cotidiano da população” para contextualizar o papel das políticas culturais no âmbito do patrimônio e memória.

No Brasil, de acordo com Magalhães (1997, p. 158),

nós temos coisas valiosíssimas, apesar das dispersões. Mas o tesouro de uma nação, a infra-estrutura do patrimônio cultural, não tem uma política adequada. Há poucos estímulos nas escolas para a importância dos museus; não há recursos humanos, nem materiais, e falta uma política nacional de museus (...).

Essa fala do Secretário de Assuntos Culturais do Ministério da Educação, Aloísio Magalhães, em 1980, expressa de forma contundente a necessidade de uma política nacional de museus que seja ampla, que trabalhe nos diversos temas de atuação dos museus e desenvolvendo uma infraestrutura museológica em nível nacional.

No mundo contemporâneo, o museu consolidou-se e passou a desempenhar um papel fundamental no atual contexto, transformando-se em um dos paradigmas-chave das atividades culturais (HUYSEN, 1997, p. 224). Todas estas transformações impactaram o cenário brasileiro, deste início do século XXI. Neste novo ambiente, as fronteiras do museu tornaram-se cada vez mais móveis, rompendo as disciplinaridades, tornando-o lugar de preservação e também de integração, inclusão, reflexão e debate. Segundo Rangel (2010, p. 126),

Na contemporaneidade podemos observar um novo fenômeno de re-significação e apropriação cultural do museu. Não estamos mais discutindo a democratização do acesso aos bens culturais presentes nas coleções museológicas ou o direito de acessar o capital cultural acumulado nestas instituições, mas sim a democratização do próprio museu, que passa a partir de agora a ser compreendido como uma ferramenta ou instrumento de trabalho que pode e deve ser utilizado por diferentes segmentos sociais.

Ao adotarmos esta perspectiva, estamos afirmando que todo indivíduo e toda comunidade têm direito à memória, ou seja, à preservação, à transmissão e à continuidade do significado de todas as coisas consideradas relevantes para estes grupos. A memória identifica o grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro.

2. Política Nacional de Museus

É nesta conjuntura que a Política Nacional de Museus, em 2003, é gestada de forma democrática, com a participação de diversos agentes do campo dos museus e do patrimônio. A partir deste momento, inicia-se a construção de instrumentos que pudessem permitir ao Estado uma atuação mais efetiva na regulamentação e consolidação de políticas públicas culturais: o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904 de 14 de Janeiro de 2009) e o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (Lei nº 11.906 de 20 de Janeiro de 2009). Neste processo de consolidação do arcabouço legal do campo museológico brasileiro, deve-se ainda mencionar a Lei nº 8.124 de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto de Museus.

De acordo com Silva e Midleij (2011, p. 11),

os processos de políticas públicas, de forma geral, dependem dos sistemas políticos, dos atores presentes e de suas configurações em cada momento histórico. Além disso, os processos de formulação, implementação e avaliação das políticas estão relacionados às diferentes capacidades de coordenação e gestão do poder público diante dos fenômenos relativos a cada área, mas também às diferentes representações coletivas que constroem os campos de ação.

Tendo como objeto de análise a Política Nacional de Museus (PNM), todos os processos acima mencionados por Silva e Midleij (2011), tornam-se estratégicos para o desenvolvimento de nossa discussão. O cenário político, os agentes relacionados e as representações coletivas que envolvem esta conjuntura museológica são elementos determinantes na construção de nossa discussão.

A política pública é resultado de um demorado e intrincado processo que inclui interesses divergentes, confrontos e negociações entre várias instâncias instituídas ou arenas e entre os atores que delas fazem parte. De acordo com Oszlak e O'Donnell, a política pública pode ser definida como:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-

se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema (OSZLAK; O'DONNELL, 1976, p. 21).

Quanto mais atores sociais ou institucionais fizerem parte do curso político, mais amplo ele será, sendo a política pública o resultado das relações estabelecidas entre eles. Logo, a política pública compreende um conjunto de atores ou grupos de interesses que se mobilizam em torno de um objetivo. Também há acordo que nesta análise faz-se necessário examinar as agências formadoras de políticas, as regras para tomada de decisão, as inter-relações entre as agências e os formuladores, bem como os agentes externos que influenciam o seguimento das decisões.

A Política Nacional de Museus foi lançada em maio de 2003 com o objetivo de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes, e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003).

Os princípios adotados na orientação da PNM foram os seguintes:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descentes, de acordo com suas especificidades e diversidades².

Após o estabelecimento do objetivo e dos princípios norteadores da Política Nacional de Museus, foram identificados sete Eixos Programáticos que fossem capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas:

1. Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus; o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus; a criação do Cadastro Nacional de Museus; o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor; a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com gestão de patrimônios culturais musealizados; a criação de pólos museológicos regionalizados; a participação de comunidades indígenas e afro-descentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais; e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais.

2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais; o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus; a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea; além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da

² Relatório da Política Nacional de Museus – 2003/2006. Departamento de Museus e Centros Culturais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura do Brasil.

produção intelectual específica dos museus e da museologia, e às ações de democratização do acesso aos museus.

3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação³, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de pólos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.

4. Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos; ao estímulo de projetos para disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas; e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.

5. Modernização de Infra-Estruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e

³ Inicialmente existiam apenas duas graduações em museologia: Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (antigo curso do Museu Histórico Nacional – 1932) e a Escola de Museologia da Universidade Federal da Bahia (1970). Como resultado da PNM, de 2003 até os dias atuais, mais seis cursos foram criados: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Encontram-se em fase de implantação cursos em seis outras instituições: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.

6. Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPQ, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afro-descendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle de tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional⁴ (BRASIL, 2006, p.15-16).

Os princípios norteadores e os eixos programáticos, mencionados acima, foram colocados em prática em todo território nacional. Todas as ações propostas tiveram grande adesão do campo museológico brasileiro: oficinas, seminários, fóruns nacionais⁵, editais de financiamento⁶, prêmios⁷, estímulo à

⁴ Relatório da Política Nacional de Museus – 2003/2006. Departamento de Museus e Centros Culturais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura do Brasil.

⁵ 1º Fórum Nacional, Salvador (2004). Tema: A Imaginação Museal: os caminhos da democracia; 2º Ouro Preto (2006). Tema: O futuro se constrói hoje; 3º Florianópolis (2008). Tema: Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento e 4º Brasília (2010). Tema: Direito à Memória, Direito à Museus.

criação de graduações em museologia em todas as regiões do país⁸, entre outras. Os museus foram inseridos na agenda política do governo e foram definitivamente compreendidos como instrumentos sociais, como espaços de crítica e reflexão de nossa realidade.

Outro desdobramento da PNM que merece ser mencionado é a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) que, de acordo com Nascimento (2015, p. 162-163), representou um marco na história do desenvolvimento do campo museológico brasileiro. Pela primeira vez, temos um planejamento e uma agenda política da área museológica construídos de forma

⁶ **Modernização dos Museus:** tem por objetivo oferecer aporte financeiro a unidades museológicas para sua modernização, mediante apoio à aquisição de mobiliário, acervos, equipamentos, material permanente, serviços e adequação de espaços museológicos; **Mais Museus:** Poderão ser beneficiadas cidades com até 50 mil habitantes e que não possuem instituição museológica. O apoio consiste na aquisição de equipamentos e mobiliários; elaboração de projetos para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis; elaboração de projetos museológicos ou museográfico; e benfeitoria em imóveis; **Qualificação de Museus para o Turismo:** Destina-se a selecionar projetos técnicos elaborados por pessoas jurídicas de direito público, interessadas em obter apoio financeiro para a execução de obras civis, aquisição de mobiliário, de equipamentos e material de uso permanente, com vistas a dotar as unidades museológicas de infraestrutura adequada para garantir um bom atendimento ao turista, no âmbito do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, promovido pelo IBRAM em parceria com o Ministério do Turismo.

⁷ Prêmio Mário Pedrosa - Museus, Memória e Mídia: concedido aos autores de matérias que abordem o tema Museus, veiculadas em mídia impressa, no território nacional; Prêmio Darcy Ribeiro: contempla práticas relacionadas à ação educativa em museus brasileiros;

⁸ Inicialmente existiam apenas duas graduações em museologia: Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (antigo curso do Museu Histórico Nacional – 1932) e a Escola de Museologia da Universidade Federal da Bahia (1970). Como resultado da PNM, de 2003 até os dias atuais, vários outros cursos foram criados nas seguintes instituições: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Sergipe (UFSE); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Goiás (UFG) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além de cursos universitários, foram criados o Mestrado em Museologia da USP; o Mestrado em Museologia da UFBA; e o Mestrado e Doutorado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO), até o momento, o único programa de pós-graduação *Strictu sensu* que possui os dois níveis: mestrado e doutorado.

conjunta que nos mostram quais caminhos seguir na próxima década. O PNSM é decorrência do Plano Nacional de Cultura e da II Conferência Nacional de Cultura - II CNC, bem como do seu conjunto de reuniões setoriais, particularmente, a 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias, ocorrida em fevereiro de 2010 no Rio de Janeiro. O PNSM foi se moldando e teve suas diretrizes elaboradas e aprovadas na 4ª edição do Fórum Nacional de Museus, que aconteceu em Brasília, entre os dias 12 e 17 de julho de 2010. Antes disso, porém, foram realizadas plenárias estaduais que mobilizaram representantes da área museológica, da sociedade civil e do poder público. O Plano aponta para a consolidação de uma política pública específica para o setor, a qual vem proporcionando uma profunda mudança no panorama brasileiro nos últimos dez anos.

A instituição da Política Nacional de Museus, ainda no ano de 2003, possibilitou novas formas de fomento para o setor, bem como a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) em 2004, do Cadastro Nacional de Museus (CNM) em 2006 e, como já mencionado anteriormente, do Estatuto de Museus e do próprio IBRAM, ambos de 2009, culminando com a elaboração do Plano Setorial. Tal instrumento de planejamento torna-se especialmente estratégico no atual cenário da cultura brasileira, em que os museus vêm ganhando importância na vida cultural e social, sendo reconhecidos como agentes de transformação da sociedade e como espaços de encontro e diálogo entre os mais diversos grupos sociais.

Ao mesmo tempo em que se configura como resultado da Política Nacional de Museus, o Plano Setorial mostra o fortalecimento e amadurecimento do setor para planejar de forma conjunta instrumentos de gestão, grupos de trabalho, eventos realizados em conjunto, etc. Elaborado a partir de um processo democrático de gestão, em que diversos atores participaram, o IBRAM atuou no sentido de propiciar os espaços necessários ao debate, o PNSM é fruto da construção coletiva da comunidade museológica, ansiosa por cumprir seu papel de agente participativo e atuante na configuração do futuro da área.

O Plano Nacional Setorial de Museus sintetiza o esforço do governo e do setor empreendido nos últimos anos para articular, promover, desenvolver e fortalecer os museus e a museologia no País. Mais que a culminância de um

processo, no entanto, ele representa o início de uma nova etapa que merece nossa reflexão.

De acordo com Moraes (2009, p. 54), os estudiosos da Ciência Política e das Políticas Públicas sabem que um “governo” não é uma unidade ou uniformidade, ele traduz uma condição que só existe no discurso ou imaginário. Um governo é tensão permanente, com mudanças. Em 14 de janeiro de 2009, por meio da Lei nº. 11.904, é aprovado o Estatuto de Museus, primeira lei federal que regulamenta o campo dos museus no Brasil. Em 20 de janeiro do mesmo ano, a Lei nº. 11.906 cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e transfere para a sua estrutura quase todos os museus que eram vinculados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Entre as suas atribuições, o IBRAM apresenta como recorte de sua ação o patrimônio cultural brasileiro musealizado, ou seja, somente os bens culturais que estão sob a guarda dos museus.

Na 36^o Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na Comissão de Cultura, realizada em Paris nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2011, foi debatida a proposta de encaminhar para este organismo internacional a discussão sobre Proteção e Promoção do Patrimônio Museológico e Coleções. Tema relevante, principalmente em um momento em que diversos países enfrentam conflitos que ameaçam, além dos bens culturais, a vida de milhares de pessoas. Como desdobramento desse encontro, em 2012, foi proposta uma reunião de especialistas que o Brasil se responsabilizou em sediar. Esta reunião ocorreu em julho do referido ano, no Rio de Janeiro e contou com a presença de especialistas indicados pela UNESCO⁹ e observadores de 50 países. Na construção de definições e conceitos que iriam nortear o instrumento normativo, propõe-se como compreensão de patrimônio museológico "todos os bens culturais que ao serem retirados dos seus contextos de origem e levados para o interior dos museus, se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território, tendo neste novo arranjo adquirido uma realidade cultural específica, ou seja, bens culturais que passaram pelo processo de musealização".

⁹ Pelo Brasil, foi indicado o museólogo Marcio Rangel (MAST).

Esta definição foi incorporada ao documento final do encontro. Neste sentido, verificou-se o esforço em delimitar as fronteiras entre o conceito de patrimônio em seu sentido *Latu sensu* e o patrimônio museológico como um recorte específico de ação do universo dos museus e da museologia. De acordo com os especialistas da reunião, em uma perspectiva subdimensionada, os museus possuem coleções estimadas em aproximadamente 300 milhões de itens, ou seja, estas instituições preservam uma parte significativa dos indícios da trajetória do homem sobre a Terra.

3. Considerações Finais

A relação existente entre o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que teve por objetivo a proteção do patrimônio cultural em âmbito nacional e o IPHAN (patrimônio *Latu sensu*) é muito próxima da existente entre o Estatuto de Museus, criado por meio da Lei nº 11.904 de 14 de Janeiro de 2009 que regulamenta o campo dos museus em âmbito nacional e o IBRAM (patrimônio museológico). Estas leis para serem executadas dependem de institutos que possuam estruturas de fiscalização. De acordo com Rangel (2012, p. 111), a criação desta nova autarquia, vinculada ao Ministério da Cultura, materializa uma ruptura entre a área dos museus e a área do patrimônio. Uma ruptura administrativa e de percepção da área museológica que teve por objetivo recolocar os museus no centro das políticas públicas culturais. De acordo com Scheiner (1994, p. 22-23),

para entender a questão dos museus no Brasil é preciso desenvolver uma reflexão sobre o próprio país, o tipo de sociedade aqui existente, as relações da sociedade brasileira com a cultura e os tipos de museus criados e mantidos por tal sociedade. É preciso, ainda, entender e analisar o que vem a ser, no país, a museologia: quem cria museus no Brasil? Quem os dirige, e como? Quem os mantém? Que relações têm o Brasil com a Museologia?

Diante de todas essas questões, consideramos estratégico aprofundar o debate em torno do tema. Nos últimos anos, a Política Nacional de Museus e seus principais desdobramentos, Estatuto de Museus e Instituto Brasileiro de Museus, foram pólos catalisadores da museologia no Brasil. Outro aspecto que merece ser incluído neste cenário foi a atuação do IBRAM, junto à Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes, com o intuito de estimular a criação de graduações em museologia nas universidades públicas federais.

Apontamos para um cenário de construção permeado por diferentes disputas que precisam ser analisadas, para que possamos compreender de uma maneira mais clara os ganhos e perdas inerentes a todos os processos desta natureza. De acordo com Moraes (2009, p. 66):

O papel do Estatuto é vital no discurso e nas expectativas dos profissionais dos museus. Entretanto, esta ênfase não é percebida ou compartilhada por todos os pares, alguns valorizam as mudanças políticas e ideológicas. As “costuras”, as alianças, as críticas, o zigzaguear das negociações demonstram que o caminho não foi linear ou tranquilo. Os debates nas Comissões do Congresso revelaram as diferenças de enfoques e prioridades. A trajetória adotada apresentou armadilhas e encruzilhadas que aparecem publicamente nas resistências de setores do IPHAN nos debates que mobilizaram as Comissões parlamentares nos debates sobre o IBRAM e sobre o Estatuto do Museu. A tese do IPHAN, acerca da impossibilidade de desvincular o patrimônio do museu não foi vitoriosa.

Todas estas tensões ainda estão em processo. A existência de duas autarquias, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁰ e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)¹¹, que ainda não possuam fronteiras bem delimitadas, geram ruídos em diferentes momentos. Cada uma destas

¹⁰ O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

¹¹ O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 29 museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>. Acesso em: 26 jun. 2015.

instituições possui um mecanismo de proteção do patrimônio: o tombamento e a declaração de interesse público de coleções. O Iphan define o tombamento como:

[...] um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger - por intermédio da aplicação de leis específicas - bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados¹².

Todos os bens tombados no âmbito federal passam a ser considerados patrimônio nacional, testemunhos da identidade cultural brasileiras. Estes bens estão inscritos em quatro livros: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Tombo Histórico; Livro do Tombo da Belas Artes e Livro do Tombo da Artes Aplicadas.

Já o IBRAM atua especificamente na identificação e valorização de objetos e coleções que podem ser musealizados. Este dispositivo não foi bem recebido pelo mercado da arte que identificava nesta ação uma interferência do Estado no setor privado. De acordo com a Lei 8.124 de 17 de outubro de 2013:

§1º Poderão ser declarados de interesse público os bens culturais musealizados e passíveis de musealização, cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representem valor cultural de destacada importância para o País, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística (BRASIL, 2013).

Até o momento nenhuma coleção ou objeto foi declarado de interesse público, o que não nos permite avaliar os efeitos de proteção destes mecanismos sobre os bens culturais.

Apesar das tensões geradas no decorrer da construção e consolidação da Política Nacional de Museus, das diversas críticas de diferentes setores, reconhecemos a PNM como um importante dispositivo de desenvolvimento do campo museológico brasileiro. Ao longo dos seus dez primeiros estruturou uma

¹² O que é tombamento? Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

série de instrumentos de gestão e conseguiu uma capilaridade ampla, dando grande legitimidade para as ações propostas. Consideramos relevante ressaltar que o caráter modelar da PNM para diversos países da América Latina possibilitou sua internacionalização. Neste cenário mencionado, destaca-se a criação do Programa Ibermuseus¹³, a elaboração da Recomendação de Proteção do Patrimônio Museológico junto a UNESCO, a criação do MercoMuseus¹⁴ e um conjunto de acordo bilaterais com diferentes países.

Referências

ARÓSTEGUI, Juan Arturo Rubio. *La política cultural del Estado en los gobiernos socialistas: 1982-1996*. Gijón, Espanha: Ed Trea, 2003.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. Museu da Maré: memória e Narrativas a favor da dignidade social. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Ano III, n.3, Brasília, p.130-152, 2007.

BRASIL. Lei 8.124, regulamenta a Lei 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus, e a Lei 11.906/2009, de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Brasília, DF, 17 de outubro de 2013.

BRASIL. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília: Secretária do Patrimônio, Museu e Artes Plásticas, Ministério da Cultura, 2003.

BRASIL. *Política Nacional de Museus*. Relatório de Gestão 2003/2006. Brasília, DF: IPHAN, MINC, 2006.

BRASIL. *Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014*. Brasília: Secretaria de Economia Criativa, MinC, 2012.

¹³ É uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos para o fomento e a articulação de políticas públicas para a área de museus e da museologia. É um espaço para o diálogo e o intercâmbio nos distintos âmbitos de atuação dos museus, a fim de reforçar a relação entre as instituições públicas e privadas e entre os profissionais do setor museológico ibero-americano, de promover a proteção e a gestão do patrimônio, do intercâmbio de experiências e de conhecimento produzido. Disponível em: <<http://www.iber museus.org/instit/conheca-o-programa-iber museus/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

¹⁴ Reunião de instituições e profissionais de museus dos países do Mercosul em um esforço continuado para o aperfeiçoamento de suas ações e o desenvolvimento de políticas públicas para a cultura, com vistas a estimular a integração sul-americana pela aproximação entre culturas. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/mercomuseus/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. Relatório de Gestão. *Política Nacional de Museus*. Brasília: DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura, 2003/2006.

CARTA DE SALVADOR. I Encontro Ibero-Americano de Museus, Salvador, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura Plural*. Campinas: Papyrus, 2008.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JÚNIOR, José do. Veredas e construções de uma política nacional de museus. In: *Política Nacional de Museus*, Ministério da Cultura, Brasília, 2007.

CHAGAS, Mario; NASCIMENTO JUNIOR, Jose do. Política de museus, do patrimônio e da memória. In: *Conferencia Nacional de Cultura 2005/2006*, Brasília: Ministério da Cultura. p 257-258.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DJIAN, Jean-Michel. *Politique culturelle: la fin d'un mythe*. Paris: Gallimard, 2005.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Ufrj-Minc-IPHAN, 2005.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura*, Rio de Janeiro: CONTRAPONTO, 2012.

HUYSEN, Andreas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MORAIS, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Museologia e Patrimônio*, v.2, n.1, p. 54-69, 2009.

MOULINIER, Pierre. *Les politiques publiques de la culture en France*, Paris: PUF, 2010.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. *Política Cultural*. Barcelona: Gedisa, 2004.

NASCIMENTO JUNIOR, Jose do. *Com os Orixás e as Musas: ensaios sobre museus, antropologia e políticas culturais*. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015. p. 162-163 (no prelo).

OSZLAK, Oscar; O`DONNELL, Guillermo. *Estado y políticas estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación*. Buenos Aires: Cedes, 1976.

POIRRIER, Philippe. *L'État et la Culture en France au XX siècle*. Paris: Librairie Générale Française, 2009.

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, n.1, p.103-112, Belém, jan-abril de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a08v7n1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

_____. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus (Orgs.). *O Caráter Político dos Museus*. Série Mast Colloquia v. 12, Rio de Janeiro: MAST, 2010. p. 90-117. Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_12_2.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SCHEINER, Teresa. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos, memória e cultura. *Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais*, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro, UNIRIO, p. 14-34, 1994.

SILVA, Frederico A. Barbosa; MIDDLEJ, Suylan. *Políticas Públicas Culturais: a voz dos gestores*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, 2011.

YÚDICE, George. *El Recurso de la Cultura*. Barcelona: Gedisa, 2002.